



## MULHERES E SUAS HISTÓRIAS: VIVÊNCIAS SINGULARES DA VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA

Maria Eduarda Ramos<sup>1</sup>  
Mara Coelho de Souza Lago<sup>2</sup>

Mulheres em um grupo de trabalho que se reúne semanalmente e fazem reflexões sobre as vivências de violência participaram desta pesquisa. Além de observação dos encontros do grupo, para buscar compreender as singularidades das cinco mulheres que participaram da pesquisa, foram feitas entrevistas individuais, buscando relatos de suas vidas. Portanto, descrevo neste trecho parte das histórias que foram ouvidas. Nomes fictícios foram designados para cada uma delas: Joana, Cristina, Roberta, Teresinha.

**Joana** é natural de Florianópolis, tem quatro filhos e na época da pesquisa estava aguardando a chegada de seu primeiro neto/a (filho/a de seu primogênito). Declara-se afrodescendente. Ela tem 35 anos. É filha única do segundo casamento de seus pais que eram viúvos quando se casaram, sua mãe já tinha um filho do primeiro casamento e seu pai também tinha uma filha de seu primeiro casamento. Entretanto, passou muito tempo sem saber que tinha um irmão e uma irmã. Seu pai tinha 65 anos de idade quando ela nasceu e ela tinha apenas 16 anos quando este faleceu. A morte do pai é considerada por Joana como algo muito ruim em sua vida.

Joana engravidou do primeiro filho aos 16 anos de um namorado que estudava na mesma sala que ela. Continuou estudando, completou o segundo grau e fez Magistério. Ela descreve o relacionamento com o pai de seu primogênito como “*um relacionamento gostoso, amoroso, e hoje, assim, pra morar comigo não*”. Joana diz que o ama até hoje e acredita que ele também a ama. Não estão juntos porque ele tem envolvimento com drogas e ela afirma que isso ela não aceita.

Casou-se com outro homem. Deste casamento ela teve mais duas filhas (atualmente com 15 anos e 13 anos) e um filho (atualmente com 10 anos). Joana descreve este marido como “*uma pessoa assim: grossa, ignorante (...), não dava atenção para mim, não dava atenção pros filhos, era irresponsável, passava fome, não pagava luz, não pagava água, enfim, irresponsável demais*”. Joana relatou ao grupo que sustentava seu ex-marido quando moravam juntos, pois ele não trabalhava regularmente, era pescador e trabalhava só de vez em quando.

Foi neste relacionamento que procurou a delegacia. Joana contou que as agressões começaram mais ou menos na mesma época que sua segunda filha nasceu. Também relatou que ele

---

1 Mestre, UFSC, mariaeduarda\_ramos@yahoo.com.br.

2 Doutora, UFSC.



era alcoólatra, que ela sofreu violência física e verbal, “*Porque ele não foi tanta agressão foi mais verbalmente, assim, aquela coisa toda*”. Entendo que para Joana o que marcou foram as agressões verbais, o que foi dito por ele, mais que as agressões físicas. “*A violência pra mim é desde o momento que chama de puta, vagabunda (...) É, psicologicamente*”.

Joana registrou queixa de agressões físicas na delegacia. Ela primeiramente fez a “separação de corpos”, mas ficou morando na mesma casa. Diz que “deu algumas chances para ele”, enquanto eles estavam morando juntos. Chegou um momento que percebeu que ele estava na casa dela, mas tendo relacionamentos com outras pessoas. Ela pediu medidas protetivas para afastá-lo de sua casa. Em um dos últimos encontros do grupo, Joana disse que era possível que deixasse este seu ex-marido voltar para morar num quarto no fundo de sua casa, já que tinha planos de trabalho em outra cidade e precisava de alguém para ficar com os filhos. Ela foi desaconselhada pelo grupo.

Quando questionada sobre a Lei Maria da Penha e a possibilidade de prisão, Joana falou que não gostaria de ver ele preso porque apesar de tudo era o pai dos filhos dela e não gostaria de ver seus filhos tristes pela prisão do pai. Muitas mulheres em situação de violência agem em defesa da família. Guita Debert e Maria Filomena Gregori (2008) afirmam que muitas tentativas de acordo ou não criminalização na justiça, ocorrem para preservar a instituição familiar. Entretanto, Joana relatou que gostaria de receber dele alguma indenização por ter ficado com câncer.

Na época em que deu a entrevista, Joana estava vivendo outro relacionamento com o qual não estava satisfeita. Na época da entrevista ele estava há seis meses morando com ela. Apesar de tratá-la muito bem, “*é uma pessoa que me dá beijo, não tem horário; me agrada, não tem horário; sai comigo, na rua, de mão comigo; gosta de mim do jeito que eu sou, entende*”. Ela o compara com seu ex-marido que a tratava muito mal e a ofendia de “*gorda*”, disse que este a chama de “*minha gostosinha*”. “*Esse, não, esse que eu tô já é uma pessoa responsável, trabalhadora, o único defeito dele é esse, é possessivo, é ciumento*”. Joana teve que lagar o emprego e promotora de eventos por causa dos ciúmes do marido. “*Aí, assim, eu penso em me separar. Eu não digo hoje ou amanhã porque eu tô precisando dele, né?!*”.

Uma característica singular que se destaca como um foco de resistência em Joana é o que eu vou chamar de “sua vontade de independência”. Em todos os três relacionamentos que ela descreve, em algum ponto eles a sufocaram e isso se tornou insuportável para ela. “*Eu gostava dessa vida de namoro. Claro, não morava no mesmo teto, tudo fora do teto é ótimo, morar no mesmo teto acaba um pouco com a manga de fora*”. Ela gosta do namoro, do flerte, porém acaba se incomodando com o convívio “no mesmo teto”. “No mesmo teto” há violências, agressões físicas, cobranças



excessivas, não ter a vida que se quer, “*Eu não gosto disso, eu gosto de ter a minha liberdade, gosto de ir e vir, comprar o que eu quero*”. Tanto que a pessoa que ela disse mais amar é aquela com a qual ela apenas flerta de longe, sem estar no “mesmo teto”, o pai do seu primogênito.

É uma característica individual de Joana, que não se adequa ao discurso sobre casamento, muito característico de nossa sociedade. Apesar de aparecer em sua fala o discurso normatizante de casamento, há algo que às vezes escapa, algo singular. O casamento em nossa sociedade está referido ao ideal de amor romântico, as pessoas se casam por amor (GIDDENS, 1994). Entretanto, recusando este ideal, Joana faz escolha por um “ideal de independência feminina”, próprio da contemporaneidade. Dois ideais paradoxais em nossa sociedade.

Ela faz outro movimento singular, aceitar que o ex-marido que a agredia e não ajudava nas despesas da casa volte a morar na casa dela. Ela o aceita de volta em sua casa para que seja possível fazer o que gosta, trabalhar em outra cidade como promotora de eventos. É frequente no discurso acadêmico sobre “violência contra mulher/ doméstica/familiar/conjugal” que a mulher permaneça na relação de violência, ou que ela acabe voltando a se relacionar com o autor de violência. Entretanto, para Joana ele não retorna para casa para voltar à rotina de violência, mas para cuidar de seus filhos enquanto ela trabalha e para fazer com que seu cônjuge atual deixe de morar em sua casa.

Joana se produz de diferentes maneiras nas atribuições dos outros que a nomeiam, por exemplo, de “gorda” passa a ser “gostosinha”. Quando utilizo a ideia de Joana se posiciona nos diversos lugares, me baseio no conceito de *performatividade* de Judith Butler (2005). Performatividade, para esta autora, são as práticas discursivas que produzem aquilo que nomeiam e através de repetições são consideradas como verdadeiras. Mas sempre se repete de forma diferente.

**Cristina** é da região serrana catarinense (arredores de Lages), tem dois filhos, um menino e uma menina. Declarou-se de origem negra por parte do pai. Tem 29 anos de idade, trabalha como diarista, tem o primeiro grau incompleto. Quando a conheci no campo de pesquisa estava separada do marido há pouco tempo. O ex-marido a agredia física e psicologicamente. Era usuário de drogas e as agressões se intensificavam quando estava drogado. Cristina relatou outras violências que sofreu ao longo de sua vida.

Ela tem duas irmãs por parte de pai e mãe, sendo que é a filha do meio. Quando ela tinha cerca de um ano e meio, seu pai descobriu que sua mãe o traía e pediu separação. O namorado da mãe não quis ficar com as três, portanto, o pai assumiu o cuidado com as filhas. Seu pai conheceu uma mulher que estava grávida e os dois fizeram um acordo: ele assumiria o filho dela e, em troca,



ela cuidaria de Cristina e suas irmãs. Então, mudaram para Região Metropolitana de Florianópolis. Ela contou que esta nova esposa do pai “surrava” a ela e as irmãs. Entretanto, antes já sofria agressões por parte da família. Quando ela tinha cerca de oito anos, sua mãe apareceu na casa de seu pai, dizendo que viera buscar a filha mais nova. A mãe também estava morando na Região Metropolitana de Florianópolis, *“levou ela e deixou nós”*,

Cristina sempre afirmou que sua irmã mais velha a criou. Sua irmã mais velha sofria abusos do pai. O pai dizia que se ela não deixasse ele “fazer coisas” com ela, ele faria com Cristina. Ela e a irmã mais velha foram atrás da mãe. As duas fugiram da casa do pai. Fugiram também porque o pai queria vender Cristina para um homem mais velho. Quando chegaram à casa da mãe, esta não quis que elas morassem ali, pois ainda estava casada com aquele homem. *“Aí conheci esse meu ex-marido, nos conhecemos na rua, e não deu uma semana eu já tava morando com ele”*. Ela tinha 14 anos e ele 18. Cristina falou que não estava apaixonada por ele, que o sentimento só veio após o nascimento dos filhos. Ela imaginava que casando teria liberdade. Desde o início do relacionamento sofrera agressões.

Com 17 anos engravidou de seu primeiro filho. Ela não trabalhava e o marido vivia de bicos, os dois eram ajudados pela avó dele que dava alguma coisa ou outra para comer. Relatou que o filho passava fome e ela não tinha o que dar para comer. Cristina descobriu que estava grávida de sua segunda filha quando estava entrando com o processo de separação. *“E quando eu fiquei grávida da minha filha, eu me desesperei, porque não podia deixá mais uma criança passando fome”*. Sua mãe sugeriu que ela fizesse aborto com um chá, mas ela não conseguiu fazer um aborto. Durante a gravidez da segunda filha, Cristina continuou morando com o marido.

Quando sua filha tinha cinco meses e seu filho três anos, ela decidiu arrumar um emprego para sustentar os filhos. Cristina conseguiu um emprego de empregada doméstica, que poderia levar os filhos, era todos os dias no período da tarde e ela iria ganhar cerca de 60 reais por mês. Cristina ficou neste emprego durante cinco anos, ganhando a mesma coisa sempre. Somente quando os filhos já podiam freqüentar creche, consegui empregos melhores. Atualmente ganha 60 reais por dia de faxina.

As tentativas de ir à delegacia nem sempre foram tranquilas para Cristina. Ela diversas vezes registrou Boletim de Ocorrência contra seu marido, mas por muitas vezes retirou a queixa. Segundo Cristina, a “gota d’água” para terminar a relação foi quando seu marido ameaçou seus filhos. Também disse que se ainda estivesse com ele, estaria morta. Estes fatores motivaram Cristina a prestar uma queixa formal, já com a Lei Maria da Penha em vigor, em que a queixa não pode ser



retirada. Neste período, o marido começou a vender as coisas dela e ela acabou retirando suas coisas da casa. Com medo de o marido matá-la, Cristina pede na delegacia as medidas protetivas. Primeiramente, é negado o pedido pelo juiz. Ela foi agredida novamente e deu queixa na delegacia. Foi feito um novo pedido de medida protetiva, desta vez deferido. Portanto, Cristina tem medida protetiva de retirada do autor da violência da residência e proibição dele se aproximar dela e das crianças.

Não se podem deixar de fora desta discussão os fatores da vida pouco viável de Cristina. Ela é mulher, tem origem negra por parte de avó materna, pobre e sem apoio familiar. Para Butler (2006, p. 14) “los mismos términos que confieren la cualidad de ‘humano’ a ciertos individuos son aquellos que privan a otros de la posibilidad de conseguir dicho estatus, produciendo así un diferencial entre lo humano y lo menos que humano”. Enquanto alguns são reconhecidos como humanos, outros têm uma forma de reconhecimento como vidas consideradas como precárias. O status de humano vem sendo elaborado ao longo do tempo e da história, bem como sua consolidação. A autora ainda aponta que em muitos lugares, atualmente, a discriminação de gênero se aplica principalmente às mulheres pobres e negras, como Cristina. Nomear (homem, mulher, rico, pobre, branco, negra) estabelece ao mesmo tempo uma fronteira e a repetição de uma norma, assim, “estas atribuições ou interpelações alimentam aquele campo de discurso e poder que orchestra, delimita e sustenta aquilo que pode legitimamente ser descrito como ‘humano’” (BUTLER, 2001, p. 161).

Cristina descreveu uma “vida precária”. A vulnerabilidade como uma condição do ser humano exposto ao outro, deixa-o sujeito à violência. Mas esta vulnerabilidade deve sempre vir relacionada com formas de poder e reconhecimento. Deste modo, é possível pensar em vidas que valem a pena, “daquilo que pode ser legitimamente considerado como corpos que pesam, como formas de viver que contam como ‘vida’, como vidas que vale a pena proteger, como vidas que vale a pena salvar” (BUTLER, 2001, p. 171) excluindo outras, as que não importam, as que não valem a pena, as vidas precárias, inviáveis. Cristina sofreu diversas violências de seu pai, sua mãe, do marido, de alguns patrões.

Com a necessidade de sustentar os filhos e ter que sair para trabalhar, Cristina foi ao longo dos anos fazendo um movimento de resistência. Foi a partir de alguns empregos que ela começou a ir atrás dos direitos e de uma vida mais vivível. As condições de possibilidade (situação econômica, social, psicológica) que Cristina tinha antes de trabalhar faziam com que ela permanecesse na



situação de violência conjugal e familiar. Esta atitude demonstra um ato singular, já que ela criou situações em que lhe deram condições de possibilidade de resistência à violência do marido.

**Roberta** é gaúcha e não tem filhos. Não falou de raça ou cor, mas a categorizei como branca. No período da pesquisa ela morava sozinha, saía da casa que tinha em conjunto com o ex-marido, e recebia pensão. Roberta sofrera violência psicológica e relatou que as consequências do que sofreu ainda estão presentes em sua vida. Ela não registrou B.O. em relação a violência psicológica. Tem 38 anos, é operadora de telemarketing e possui ensino superior incompleto.

Roberta é a caçula de uma família com cinco filhos. Ela perdeu o pai cedo, com 11 anos, e diz que este fato marca sua vida até hoje. Contou que enquanto morava com sua família, ela nunca precisou trabalhar, apenas estudava. Quando estava terminando o segundo grau, conheceu seu futuro marido. Ele foi o primeiro relacionamento amoroso. Namoraram durante três anos sem que tivesse relacionamento sexual entre eles. Depois de três anos namorando, ela foi morar com ele. *“Primeiro homem da minha vida. Me casei com ele, saí de casa e fui direto pra casa dele”*. Roberta comentou que no primeiro dia que foi morar com ele, ela queria transar e ele não quis, *“fui rejeitada no primeiro dia”*.

Desde que foi morar com ele, começou a trabalhar junto com o marido. Também começou a faculdade de Serviço Social. Quando estavam casados dois anos, mudaram para Santa Catarina. Ela trancou a faculdade para acompanhá-lo. Em Florianópolis, abriram uma empresa que estava no nome dela. Ela sempre administrou a empresa. A empresa cresceu e eles ganharam dinheiro. Roberta disse que como eles trabalhavam juntos, a rotina acabou tomando conta do relacionamento. Quando estavam há 13 anos juntos, Roberta comentou que o marido começou a ficar *“mais agressivo com palavras, começou a me colocar mais pra baixo, começou a me rejeitar como mulher na cama, começou a me desrespeitar como mulher, como pessoa, até como profissional”*.

Até o 16º ano de casamento, foi um período de crise no relacionamento. Roberta começou a se descuidar da aparência, disse que não lavava mais o rosto, não arrumava o cabelo, engordou, usava chinelo para trabalhar. Neste período, ela observou que marido estava fazendo muitos exames e alguns deles bem específicos. Ela começou a ficar desconfiada e resolveu fazer uma doação de sangue para ver se ela tinha alguma coisa. Descobriu que tinha hepatite, ela havia contraído a doença do marido. Para Roberta, estar com a doença não era tão dolorido do que saber que o marido não falou para ela sobre a hepatite.

O marido e a mãe dele aproveitaram a ausência de Roberta na empresa (quando ela foi passar uns dias na casa da mãe) montaram uma empresa em cima da que ela tinha em seu nome.



Portanto, as dívidas da empresa antiga ficaram no nome de Roberta enquanto seu marido e sua sogra desfrutavam da nova. Com esta situação ruim entre eles e com a abertura de uma empresa do marido e da sogra em cima da que era dela, o marido resolveu trocar a fechadura da empresa e a proibiu de entrar lá. Portanto, resolveu registrar um Boletim de Ocorrência numa delegacia. Segundo ela, na delegacia, foi informada por um policial que não poderia registrar o B.O., pois o marido tinha “*autoridade*” para trocar a fechadura. “*Eu me sinto um lixo na frente daquele guarda*”. Quando relatou o episódio para um amigo, ele disse que os policiais deveriam registrar o B.O. e foi junto com ela até a delegacia. Então, foi registrado o B.O..

Roberta se separou do marido e foi morar em outra casa. Diz que as violências verbais deixaram marcas. “*Eu não me sinto bonita, eu me sinto feia. Olha o quê é uma pessoa que vive a vida inteira praticamente a metade da tua vida inteira ouvindo que é feia*”.

Roberta comentou que casou com a pessoa com quem perdeu a virgindade. Ela questiona muito os valores da sociedade em que vive. Sandra Azerêdo (2007) afirma que na sociedade capitalista falocêntrica há uma dicotomia em relação à mulher: santa e virgem X puta. Esta dicotomia tem como referência o homem que é o provedor, pai, viril e tem um desejo sexual que não é controlado, nem pode ser satisfeito apenas com a esposa. Entretanto, a esposa ocupa o lugar de santa e virgem, assim não pode ter o mesmo comportamento do marido. Estas falas questionadoras das normas sociais que Roberta expressa, de alguma maneira escapam daquela repetição performática do mesmo.

Roberta se verbaliza como uma mulher feia e gorda a partir do que foi falado por seu ex-marido. Assim, “*la acción se hace eco de acciones anteriores, acumulando la fuerza de la autoridad por médio de la repetición o de la citación de un conjunto de prácticas anteriores*” (BUTLER, 1997, p. 91). A linguagem ofensiva, segundo Butler (1997) tem uma força historicamente construída e não há uma palavra que possa descrever a consequência da linguagem ofensiva, como há para violência física a palavra ferida. Roberta enfatiza que a violência psicológica deixa marcas maiores que a física.

**Teresinha** é gaúcha de Porto Alegre, tem três filhos (duas meninas e um menino). Teresinha também é branca. É agente comunitária e tem segundo grau incompleto. Tem 43 anos e quatro irmãs. Teresinha contou que também agredia os homens com os quais se relacionara.

Contou que diversos fatores a fizeram ter “*raiva de homem*” e ser agressiva com eles. Narrou um fato que ocorreu na época da escola, um colega de sala pegou seu lápis e quando ela foi pegá-lo de volta, foi repreendida pela professora. “*Dali eu comecei, eu passei a ter raiva de*



*menino*”. Também disse que viu seu pai brigar e bater em sua mãe e que a gota d’água foi quando o pai bateu com uma concha de feijão quente, marcando o rosto da mãe. Outro episódio de sua infância que Teresinha contou, foi que um dia ela tinha um machucado no tornozelo. A professora anunciou que tinha um médico na escola e que poderia fazer consultas ela foi encaminhada para a consulta. Chegando lá o médico energicamente pediu para ela tirar toda roupa, ela com medo acabou tirando. *“Ele não me examinou, ele não me tocou nem nada. Simplesmente ele ficou me olhando com aquela cara de tarado”*. O médico pediu para ela vestir a roupa novamente e ela saiu correndo do consultório.

Na favela em que morava, um dia sua irmã estava de mini-saia e quando passou por um dos bandidos, eles assobiaram e falaram coisas para ela. Ela deu um tapa no rosto do traficante que “mexeu” com ela. Esta irmã e outra estudavam de noite e quando voltavam da aula, a irmã que bateu no traficante emprestou sua jaqueta pra a outra irmã. Os traficantes pegaram esta outra irmã (confundiram por causa da jaqueta) e bateram nela.

Ela disse que cresceu pensando que nenhum homem prestava. No segundo grau, ela começou a namorar seu ex-noivo. Aos três anos e pouco de namoro e noivado estavam com a data de casamento marcado e construindo uma casa, quando ela descobriu uma traição dele e o deixou. Aos 20 e poucos anos, conheceu um homem com quem ficou junto durante quatro anos. Ele chegou algumas vezes bêbado e drogado em casa. Ela começou a brigar com ele. *“Onde ele se alterou comigo, veio pra me bater, ele quase conseguiu me matar (...). eu peguei reverti tudo (...) Onde eu peguei uma corrente que a gente amarrava o portão (...) quase matei ele”*.

Quando voltou para o sul do país, conheceu o pai da sua primogênita. *“Ali achava que era amor eterno”*, ficaram oito anos juntos. Ela disse que ele não era agressivo e não bebia, no entanto, descobriu que ele a traiu. Com a descoberta, *“eu dei uma surra nele”*. Ela se separou, mas o ex-marido não aceitava esta separação. Começou a procurá-la. Ela procurou ajuda numa instituição para vítimas, pela primeira vez, porque se sentiu agredida psicologicamente. Com o tempo e depois de outros relacionamentos que também não deram certo, Teresinha conheceu o pai de seu filho. *“Ali a gente não chegou a brigar, porque quando eu descobri que ele era casado eu caí fora”*.

Depois de um tempo, conheceu o pai de sua filha caçula que *“também pintou ser Deus no céu e ele na terra. Era bonzinho, ajudava, e eu coloquei ele dentro da minha casa”*. Quando ela engravidou de sua filha caçula, o marido falou que queria que fosse menino, pois se fosse menina, ele mesmo *“fazia virar mulher”*. Ele estava bêbado quando disse isso, *“peguei o que eu já tinha pra*



*minha defesa, um amansa burro lá que amontoei ele lá no meio da rua*". Porém, depois disso eles voltaram e foram muitas as vezes que se separaram e voltaram.

No final do ano de 2008, ela sofreu uma agressão de seu ex-marido, porque ele estava com ciúmes do novo namorado da filha dela (filha de outro relacionamento). Ele a agrediu e agrediu sua filha. Teresinha utilizou a Lei 11.340 para conseguir sua prisão em flagrante e as medidas protetivas de afastamento. Ficou quatro meses preso, pagou fiança, foi solto (pois para a prisão em flagrante neste caso cabe fiança) e espera o processo em liberdade. Ela diz que não acredita na Lei, porque o marido logo foi solto e fica ligando e indo a sua casa, mesmo ela tendo obtido a medida protetiva de afastamento. Disse que não adianta ligar para a polícia, porque como mora em um bairro mais afastado, até a polícia chegar ele se afastou. Diz que a medida protetiva é só no papel, "*para bonito*".

A raiva que Teresinha criou em relação aos homens impossibilitou que ela se vitimizasse ou se assujeitasse aos homens. Claro, que a forma agressiva com que lidava com as situações de conflito acabaram fazendo com que ela fosse a autora da violência. Não é a violência em si que é a resistência, mas o fato de Teresinha reagir à sujeição, ou seja, em um contexto em que as mulheres apanham, como foi o meio em que Teresinha se criou, cresceu e viveu, ela não se subjetivou como vítima, aceitando que mulheres apanham e são "submissas" ao homem.

Doçura, fragilidade, sutileza ou comportamentos não violentos não são características naturais das mulheres, mas são produções e normatizações do que é considerado próprio do feminino. Para Butler (2006, p. 70), "el género es el mecanismo a través del cual se producen y se naturalizan las nociones de lo masculino y lo femenino, pero el género bien poderia ser al aparato a través del cual dichos términos se deconstruy y se desnaturalizan". É uma maneira de agir performaticamente, sem que seja espontâneo ou mecânico ou automático. Ao agir performaticamente como agressiva, Teresinha desconstrói e desnaturaliza a ideia de um estereótipo hegemônico de gênero.

Joana, Cristina, Roberta, Teresinha e Francisca cada uma delas tem sua história de vida, sua vivência de violência e a forma como requerem recursos, sejam jurídicos ou não, para enfrentar esta violência. Entretanto, a história singular se liga a outras histórias e tecem um fio condutor em comum onde o reconhecimento circula (CAVARERA e BUTLER, 2007). Levando em conta isso, comento alguns pontos de atravessamentos entre as histórias que ouvi.

Joana, Cristina, Roberta e Teresinha relataram que foram provedoras de sua família ou estavam à frente dos negócios dos maridos, em relações nas quais havia violência. Contudo,



frequentemente as mulheres verbalizavam que eram dependentes de seus companheiros, insinuando que sua dependência era econômica. Estas verbalizações são repetições de um estereótipo hegemônico de gênero que se naturaliza em nossa sociedade devido à repetição que resulta na/da performatividade.

Também pude notar que a maioria delas, quando foi procurar a delegacia e fazer uma queixa formal, ou até mesmo quando acionou a Lei Maria da Penha e um processo em juízo, queria que a Justiça trouxesse soluções não jurídicas, como por exemplo, a internação para tratamento contra uso de substâncias químicas ou uma separação imediata para que o autor da violência saísse de casa.

Estas mulheres são diferentes uma das outras, não é possível traçar um perfil de mulheres que sofrem violência. Elas são de diferentes camadas sociais, têm diferentes níveis de escolaridades, apresentam diferenças de idades, raças/etnias, mas tem em comum o fato de serem mulheres. Algumas delas tiveram uma vida mais precária. Por mais que a violência contra mulheres ocorra em todas as camadas sociais, algumas pessoas se encontram em situações de maior vulnerabilidade. Como ressalta Nancy Fraser (2007, p. 305) é preciso expandir as reivindicações feministas para além de uma dimensão de justiça de gênero e incluir “as disputas sobre justiça que não podem ser propriamente contidas nos regimes estabelecidos”, ou seja, precisam atingir também aquelas que são consideradas “vidas não-viáveis”. São necessárias transformações coletivas, ou seja, não apenas uma mudança jurídica, como a Lei Maria da Penha, mas um conjunto de mudanças. Como disse María Luisa Femenías<sup>3</sup>, o que se vê é apenas a ponta de um *iceberg* que, em sua profundidade, esconde diversos discursos que sustentam esses tipos de violências.

## REFERÊNCIAS

AZERÊDO, Sandra. *Preconceito contra a ‘mulher’*: diferença, poema e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

BUTLER, Judith. *Lenguaje, poder e identidad*. Madri: Editorial Síntesis, 1997.

\_\_\_\_\_. Le genre comme performance. In: *Humain, inhumain*. Le travail critique des normes. Entretiens. Éditions Amsterdam, 2005. Disponível em: < [www.inventandopolvora.org/textos/trad-genre\\_comme\\_performance.doc](http://www.inventandopolvora.org/textos/trad-genre_comme_performance.doc) >. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. IN: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

---

<sup>3</sup> Palestra realizada no dia 22 de fevereiro de 2010 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade federal de Santa Catarina.



\_\_\_\_\_. *Deshacer el género*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CAVARERO, Adriana e BUTLER, Judith. Condição humana contra “natureza”. *Revista de Estudos Feministas*. Vol. 15, n.3, set/dez, Florianópolis, 2007.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 23, n. 66, fev. 2008.

FRAISER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, vol. 15, n. 2, Florianópolis, mai-ago/2007, p. 291-308.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.